

ADVERTÊNCIA

O Município de Serra do Salitre-MG **ADVERTE** a todos os Licitantes, que não está hesitando penalizar Empresas que descumpram o pactuado.

Solicitamos que as Empresas apresentem suas Propostas e Lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a entrega do objeto da forma como foram pedidos no Edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas, e somente serão deferidos, se em total consonância com a Lei.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a Administração Pública como para as Empresas Licitantes.

Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes habilitatorios, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

Não será permitida à utilização de aparelho celular durante a Sessão sem a previa autorização do Pregoeiro (a)



TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

EDITAL DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE SERRA DO SALITRE/MG,** por meio de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações, fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, para a execução dos serviços de que trata o OBJETO, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES

LOCAL: Praça Dr José Wanderley, nº171 - Serra do Salitre/MG - CEP: 38760-000.

RECEBIMENTO DE ENVELOPES: Até às **08h30min h** do dia **31/07/2020** no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, Sala 001, sediada na Praça Dr José Wanderley, 171, Bairro Centro no mesmo endereço indicado no preâmbulo deste aviso.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 10h30minh do dia 31/07/2020, na sala de licitações.

- **1.1.** No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a esta Tomada de Preços, com respeito a:
- **1.1.1.** Recebimento dos envelopes "Habilitação" e "Proposta";
- **1.1.2.** Abertura dos envelopes "Habilitação";
- **1.1.3.** Devolução dos envelopes "Proposta" às licitantes inabilitadas;
- **1.1.4.** Abertura dos envelopes "Proposta" das licitantes habilitadas.
- **1.2.** As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial de Minas Gerais, Diário Oficial do Município e Portal de Transparência no sítio eletrônico www.serradosalitre.mg.gov.br e em jornal local de grande circulação pelo menos por 01 (um) dia, salvo com referência àquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício, aos representantes legais das licitantes, principalmente, quanto a:
- **1.2.1.** Habilitação ou inabilitação da licitante;
- **1.2.2.** Julgamento das propostas;
- **1.2.3.** Resultado de recurso porventura interposto;



- **1.2.4.** Resultado de julgamento desta Tomada de Preços.
- **1.3.** A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverá ser efetuada pela empresa interessada em participar do certame até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento Convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes de "Habilitação" e "Proposta".
- **1.4.** A resposta da Comissão Permanente de Licitação ao pedido de esclarecimento formulado será divulgada mediante envio de e-mail a todas às participantes conhecidas até o momento do envio, por publicação no Diário Oficial do Município, se já estiver disponível ou no Portal de Licitações no sítio eletrônico www.serradosalitre.mg.gov.br.

2. DO OBJETO

A presente tomada de preços tem por objeto a contratação de empresa de engenharia especializada para a Ampliação do Hospital Municipal de Serra do Salitre Convenio <u>878093/2018</u> Ministério da Saúde, conforme as especificações técnicas constantes dos anexos deste edital.

3. DO VALOR DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE REAJUSTE

- **3.1**-O valor total estimado para a construção do objeto desta licitação, baseado nos levantamentos já realizados pela Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Secretaria Municipal de Obras é de: **R\$1.188.518,63** (hum milhão cento oitenta e oito mil quinhentos e dezoito reais e sessenta e três centavos), o Hospital Municipal é localizado na Rua Austrália n°333, Bairro-Flores, Serra do Salitre/MG.
- 3.2- O critério de reajuste será de acordo com a Tabela Sinap

4. DAS LICITANTES

- **4.1**-Poderão participar desta Tomada de Preços pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, cadastradas junto a Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, inscritas no <u>CRC</u>, ou, ainda, que apresentarem toda documentação exigida para cadastro até o 3º(terceiro) dia anterior à data final designada para o recebimento todos os envelopes de habilitação e propostas comerciais, observadas todas as necessárias qualificações.
- **4.2-**Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação, nos termos do art.9 da Lei 8666/93:
- **4.2.1-**O autor do Projeto Básico e Executivo seja pessoa física ou jurídica;
- **4.2.2-**Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente acionista ou detentor de mais de 05% (cinco por cento) do capital, com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- **4.2.3-**Servidor, empregado ou dirigente da Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, MG, e membros da Comissão Permanente de Licitação.
- **4.2.4-**Para efeito do subitem 2.6, considera-se participação indireta, para fins do disposto no artigo 9°, § 3° e 4° da Lei 8.666/93, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,



financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, os membros da Comissão de Licitação, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

- **4.2.5-**É vedada a participação de licitantes que sejam declaradas inidôneas para licitar e estejam suspensas de participar em licitação e impedidas de licitar ou contratar com a Administração Direta ou Indireta da União, Estado, Municípios e do Distrito Federal, enquanto perdurem seus efeitos (art. 6°, XI e XII c/c 87. III e IV, da Lei n° 8.666/93).
- **4.2.6**-No caso de participação de duas ou mais empresas com sócios em comum, de conformidade com o previsto na Lei n.º 5980 de 18 de agosto de 2017.
- **4.2.6.1**-A Administração considerará, para cômputo do número mínimo de concorrentes por certame, o somatório do número de empresas concorrentes com sócios em comum como sendo apenas um participante, ficando, nesse caso, garantida a participação de todas as empresas no certame;
- **4.2.6.2**-Fica garantida a participação de todas as empresas concorrentes no processo licitatório promovido pela Administração, observado o disposto no inciso I, com o cumprimento do disposto na legislação, no que diz respeito ao número de concorrentes por tipo de certame.
- **4.2.6.3-**Fica proibida a participação de empresas com sócios em comum nas modalidades convite, contratação por dispensa de licitação, existência de relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo e contratação de uma das empresas para fiscalizar serviço prestado por outra.
- **4.2.6.4-**Deve ser solicitada às empresas participantes do certame, como informação complementar, relação nominal dos proprietários, a qualquer título, das empresas participantes do certame licitatório.
- **4.2.6.5**-A Comissão poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes quanto aos membros da diretoria das empresas.
- **4.2.6.6**-Não poderão participar empresas que se encontram sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.
- **4.2.7-**As empresas que tenham falência decretada, que estejam sob processo falimentar, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.
- **4.2.8**-Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação; Instituições estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para



receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

- **4.2.9**-Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666. de 1993.
- **4.3-**A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

5. DO PROCEDIMENTO

- **5.1.** O representante legal da licitante deverá entregar, impreterivelmente, os envelopes de "Habilitação" e "Proposta Comercial" até o dia, horário e local já fixados no preâmbulo.
- **5.2.** Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de interessada retardatária, a não ser como ouvinte.
- **5.3.** Uma vez iniciado o procedimento de credenciamento dos representantes das licitantes não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final desta Tomada de Preços, ressalvado o disposto neste edital.
- **5.4.** Na sessão de abertura, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença das interessadas, pela Comissão Permanente de Licitação, que fará a conferência e dará vista na documentação, a qual deverá ser rubricada por todas as licitantes ou por seus representantes legais presentes.
- **5.5.** Abertos os envelopes relativos à "Habilitação", a Comissão Permanente de Licitação, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar imediatamente os documentos de cada licitante e, na mesma sessão, proceder ao julgamento da fase habilitatória, divulgar o nome das empresas habilitadas e das que forem julgadas inabilitadas e, no caso das demais licitantes, em sua integralidade, renunciarem expressamente ao direito de interpor recurso em face do julgamento da CPL, o envelope "Proposta Comercial" de cada uma das inabilitadas, devidamente lacrados, deverá ser devolvido ao representante da licitante.
- **5.6.** As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos nos envelopes de "Habilitação", ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta Tomada de Preços ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.
- **5.7.** A juízo da CPL, a sessão para análise da documentação poderá ser suspensa para a realização de diligências ou consultas necessárias, após as quais a CPL decidirá sobre a habilitação ou não de cada licitante e publicará o resultado do julgamento nas formas previstas neste edital.
- **5.8.** Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela CPL e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em ata e a conclusão da



habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, diretamente aos licitantes ou mediante publicação de aviso nos jornais respectivos.

- **5.9.** As licitantes serão convocadas a comparecer, ficando os envelopes "Proposta Comercial" sob a guarda da CPL, devidamente rubricados no fecho pelos representantes legais das licitantes presentes.
- **5.10.** No dia designado pela CPL, após o julgamento da habilitação, informados os inabilitados e devolvidos seus envelopes lacrados de propostas, os demais, contendo a "Proposta Comercial" das empresas habilitadas serão abertos se:
- **5.10.1**-Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso;
- **5.10.2** Depois de transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso;
- **5.10.3-**Após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.
- **5.11.** As aberturas dos envelopes de "Habilitação" e "Proposta" serão realizadas em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes.
- **5.12.** A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.
- **5.13.** Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Habilitação" e "Proposta" em um único momento, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos do edital, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da CPL até a data e horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.
- **5.14.** Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos membros da CPL e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão.
- **5.15.** Após a fase de habilitação não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.
- **5.16.** Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertas as propostas, não caberá desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.
- **5.17.**É facultada à CPL ou à Autoridade Superior, em qualquer fase desta Tomada de Preços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.
- **5.18.** Considera-se como representante legal qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante



contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta comercial.

- **5.19.** Entende-se por documento de credenciamento:
- **5.19.1**-Contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia da empresa licitante;
- **5.19.2-**Procuração ou declaração da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação modelo Anexo II.
- **5.19.3**-Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.
- **5.20.** O documento de credenciamento poderá ser apresentado à CPL no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes da "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA COMERCIAL", ou quando esta o exigir.
- **5.21.** A não apresentação do credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome.
- **5.22.**Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas ficarão à disposição das mesmas pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do transcurso do prazo legal para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos, após o que poderão ser destruídos pela CPL.

6. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste edital, cada licitante deverá protocolar nesta Prefeitura Municipal, simultaneamente, os documentos de habilitação e proposta, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:

MUNICIPIO DE SERRA DO SALITRE-MG NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA ENVELOPE I - "DOCUMENTAÇÃO" TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2020 DATA: 31/07/2020 - ÀS 10:30 HORAS.

MUNICIPIO DE SERRA DO SALITRE-MG NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA ENVELOPE II - "PROPOSTA DE PREÇOS" TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2020 DATA: 31/07/2020 - ÀS 10:30 HORAS.



7. DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01

- **7.1.** Certificado de Registro Cadastral C.R.C., expedido pela Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, com registro feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, estando comprovado o cadastramento na categoria compatível com o objeto desta licitação, com a validade vigente na data de abertura dos envelopes, obrigando-se a empresa a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditiva da habilitação.
- **7.1.1.** Os envelopes da proposta de preços deverão ser entregues separadamente, para não haver desclassificação da (s) proposta (s).

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia de carteira de identidade e CPF do(s)representante(s) legal(is) da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva);
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício:
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- **b)** Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal da sede da licitante, na forma da lei;
- c) Certidão de regularidade para com a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional (Conjunta);
- d) Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão de regularidade de Inexistência de Débitos da Justiça do Trabalho (CNDT) ou Certidão



Positiva de Débitos Trabalhista em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT.

7.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- **7.4.1.** Para fins de comprovação da qualificação econômico- financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) Certidões negativas de falências e recuperação judicial expedida pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Balanço patrimonial e demonstração contábeis do último exercício social, devidamente registrado no órgão competente e/ou publicado no órgão da imprensa, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, através do cálculo de índices contábeis abaixo- previstos vedados a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, do qual serão extraídos os seguintes elementos:
- c) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,00;
- d) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,00;
- e) Solvência Geral (SG) igual ou superior a 0,50;
- f) Os índices serão calculados pelas fórmulas:
- g) ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)
- h) ILC = AC / PC
- i) SG = AT / (PC + ELP)
- **7.4.2** Nas fórmulas acima, AC é o Ativo Circulante; PC é o Passivo Circulante; RLP é o Realizável em Longo Prazo; ELP é o Exigível em Longo Prazo e AT Ativo Total.
- **7.4.3** O Balanço Patrimonial deve estar Registrado na Junta Comercial do Estado.
- **7.4.4** .A documentação necessária para comprovação da Capacidade Econômico Financeira da licitante será constituída pelas demonstrações contábeis constantes do Balanço Patrimonial, referido ao último exercício encerrado, acompanhadas da publicação em Diário Oficial do Balanço referente ao exercício encerrado, quando se tratar de Sociedade Anônima.
- **7.4.5.** Os valores financeiros acima referidos poderão ser atualizados por índice oficial até a datada licitação quando o balanço Patrimonial ou demonstrações contábeis tiverem sido encerradas há mais de 03 (três) meses, devendo, para tanto, a empresa licitante apresentar a respectiva memória de cálculo.
- **7.4.6.** Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a licitante deverá apresentar, em sua documentação os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (quando for o caso), onde o balanço fiscal foi transcrito (Embasamento legal: art. 3º do Decreto-Lei 305/1967 e art. 5º § 2º, do Decreto-Lei 486/1968, bem como a Resolução 1.330/2011do Conselho Federal de Contabilidade e orientação e jurisprudência do Tribunal de Contas da União Licitações e Contratos Orientações e Jurisprudência do TCU 4ª edição, revista, ampliada e atualizada, Brasília, 2010 Copyright 2010).
- **7.4.7.** As empresas recém-constituídas, que iniciaram suas atividades no exercício em que se realizar a licitação ou que ainda não encerraram seu exercício social, deverão apresentar o BALANÇO DE ABERTURA, registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente, obedecidos os aspectos legais e formais da sua elaboração, sem prejuízo do inciso I, artigo 31 do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos.
- 7.4.8. As empresas que optarem pela escrituração do balanço patrimonial através do Sistema Público



de Escrituração Fiscal Digital (SPED), Livro Digital (Expedido pela Junta Comercial Competente) ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, quando for o caso, deverão ser apresentados nas formas da lei, ou seja, com os seguintes documentos:

- Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário;
- Balanco Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício DRE;
- Termo de Autenticação ou Termo de Registro.

7.5. Relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 7.5.1. Certificado de Registro e quitação do Licitante e de seus Responsáveis Técnicos no CREA e ou CAU da região a que estiver vinculado o Licitante dentro do prazo de validade.
- 7.5.2. Comprovação de possuir em seu quadro permanente de profissionais pelo menos 1 (um) profissional de nível superior, com formação em **engenharia civil**, detentor de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região competente ou relativos à execução de obras de engenharia similares às do objeto da presente licitação para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio **licitante.** (CNPJ diferente), juntamente com a CAT (Certidão de acervo técnico) equivalente ao atestado.
- 7.5.3. O(s) atestado(s) de responsabilidade técnica deverá (ão) comprovar a execução de prédio, de natureza hospitalar, com no mínimo, 900 m² (novicentos metros quadrados) de área construída, contendo instalações hidrossanitárias, elétricas, rede estruturada, ar condicionado; e ainda no mínimo 80% dos quantitativos descriminados abaixo:

IMPERMEALIZAÇÃO DE SUPERFICIE COM EMULSAO ASFALTICA, 2 DE MAOS	m2	126,60
LAJE PRE-MOLDADA P/FORRO, SOBRECARGA 100KG/M2, VAOS ATE 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPA, 3CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	m2	496,08
CABO COBRE NU#50MM2-7FIOS X 3,00M INCLUSIVE SUPORTE	m2	479,70
PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA ESPESSURA 8 MM, INCLUSO JUNTAS DE DILATACAO PLASTICAS.	m2	455,32

7.5.4. A comprovação de vínculo profissional far-se-á com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a Licitante como CONTRATANTE, do Contrato Social da Licitante em que conste o profissional como sócio, do Contrato de Trabalho.



- **7.5.4** Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; ou empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante com reconhecida firma e ainda em todos os casos uma declaração do licitante que caso seja vencedor manterá no quadro técnico da empresa durante a vigência do contrato o profissional indicado
- **7.5.5** No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do art. 30, §10, da Lei n° 8.666/93, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração:
- **7.5.6** Declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA e ou CAU da região competente do Responsável Técnico que acompanhará, de forma residente, a execução dos serviços de que trata o objeto da contratação. O nome do Responsável Técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos Atestados de Responsabilidade Técnica apresentados para qualificação técnica da Licitante;
- **7.5.7** Declaração com a indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.7. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- **a)** Declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, observadas as penalidades cabíveis, da inexistência de impedimentos para licitar e contratar com a Administração Pública modelo **Anexo IV**;
- **b)** Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998— modelo **Anexo V.**

7.8 VISITA TÉCNICA

- **7.8.1**-A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta feira, das 08h00min horas às 12h00min horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (34) 3833-3500. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o 3º dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação;
- 7.8.1.1-A Vistoria não é obrigatória, mas não dará direito à reclamação futura sobre a área dos trabalhos ou qualquer coisa referente ao terreno;
- 7.8.1.2-Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica devera apresentar declaração que conhece o local e tem pleno conhecimento das condições de execução.
- **7.9-**Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, em cópias autenticadas em Cartório de Notas ou por servidor público do Município de Serra do Salitre lotado na Superintendência de



Licitação e Compras.

- 7.10-Não serão aceitos documentos ilegíveis e cujas datas estejam rasuradas.
- **7.11-**A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
- 7.12-Se o licitante optar pela apresentação de cópias simples, deverá apresentar, no momento da abertura dos envelopes, os respectivos originais dos documentos para serem confrontados com as cópias simples, as quais serão autenticadas por membro da CPL. Após esta conferência e autenticação, os originais serão devolvidos ao licitante.
- **7.13**-A falta de quaisquer dos documentos acima, a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente Edital ou com o seu prazo de validade vencido, implicará na inabilitação da empresa licitante.
- **7.14-**Solicita-se que os documentos pertinentes e exigidos neste edital, a ser apresentado nos Envelopes nº 01 e 02, sejam entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste edital, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.
- **7.15-**Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados para habilitação deverão atender os seguintes critérios:
- 7.15.1-Em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo;
- **7.15.2-**Se a licitante participar desta licitação como sua matriz, todos os documentos deverão estar em nome dessa;
- **7.15.3-**Se a licitante participar desta licitação como filial, todos os documentos deverão estar em nome dessa:
- **7.15.4-**Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **7.15.5-**Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial (ais) da licitante;
- **7.15.6-**Possuir prazo de validade de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do Envelope n° 1, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão e ou empresa expedidor (a);
- **7.15.7-**Não se enquadram nas limitações de prazo de que trata o subitem anterior os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, como é o caso dos atestados de capacidade/responsabilidade técnica.
- **7.15.8-**A colocação da proposta de preços no **ENVELOPE dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, ou vice-versa, acarretará a exclusão sumária da licitante deste certame.



8. DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 02

A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 02 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

- **8.1.** De preferência emitida por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, numerada, rubricada em todas as suas folhas e assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa licitante.
- **8.2.** Fazer menção ao número desta Tomada de Preços, lote para a qual se destina e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver *e-mail* e o respectivo endereço com CEP, podendo fazer referência ao banco, à agência e respectivos códigos e o n.º da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento.
- **8.3.** Indicação dos preços unitários e total de cada item, de cada grupo de itens constantes da planilha orçamentária —**Anexo VIII** e valor global da proposta comercial.
- 8.4. Cronograma Físico financeiro do objeto licitado, observados os parâmetros contidos no Anexo VII
- **8.5.** Indicação do prazo de validade da proposta, de, no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data do protocolamento do Envelope "Proposta Comercial".
- **8.6.** Quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.
- **8.7.** As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta comercial, verificar todos os dados fornecidos no Projeto Básico.
- **8.8.** No caso de dúvida quanto a qualquer ponto deste edital, a empresa interessada poderá questionar a CPL até dois dias úteis anteriores à data designada para a sessão de credenciamento e esta terá o prazo de 24 horas para apresentar as respostas solicitadas.
- **8.8.1.** A falta de questionamentos e a apresentação dos envelopes implica a aceitação tácita de todas as condições fixadas neste edital e seus anexos.
- **8.9.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, prazo de conclusão ou de qualquer outra condição que importe em modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas erros materiais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação.
- **8.10.** Serão corrigidos automaticamente pela CPL quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem, ainda, as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro.
- **8.11.** A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante presente



à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" e com poderes para esse fim.

- **8.12.** A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles indicados nos documentos apresentados dentro do Envelope n.º 01 HABILITAÇÃO.
- **8.13.** As propostas de todas as licitantes deverão ser elaboradas com a inclusão de todos os tributos, ônus comerciais, previdenciários e trabalhistas, seguros, fretes e outros encargos ou acessórios que incidam sobre a contratação.
- **8.14.** Não serão aceitas propostas encaminhadas por fax ou pelos correios, devendo os participantes encaminhar as propostas pessoalmente, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, MG.
- **8.15.** Será considerado vencedor o proponente que ofertar o menor preço global desde que em sua proposta comercial estejam contemplados todos os serviços e respectivos quantitativos previstos na Planilha de Materiais e Serviços constante no Anexo I do Projeto Básico.
- **8.16.** Em todas as folhas impressas, da(s) planilha(s) orçamentária(s), deverá constar o nome do profissional responsável pela elaboração do orçamento, assinatura, nº CREA/ CAU e nº ART/RRT.

9. DOS PREÇOS CONSTANTES DAS PROPOSTAS

- **9.1.** A licitante deverá indicar os preços unitário e total por item e subitem, conforme planilha constante do Anexo II, fixos e irreajustáveis e, ainda, o global da proposta.
- **9.2.** Para efeito de elaboração da proposta não poderão ser alterados os quantitativos indicados na Planilha de que trata o Anexo II.
- **9.3.** Caso haja alguma divergência entre os quantitativos indicados na proposta e os indicados na Planilha de que trata o Anexo II, a Comissão desclassificará o participante.
- **9.4.** A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar a composição dos preços integrantes das propostas.
- **9.5.** Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços.
- **9.6.** A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- **9.7.** Só será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.



- **9.8.** Serão desclassificadas as propostas que:
- a) Contiverem qualquer limitação, reservas ou condições em desacordo com o presente Edital e/ou com seus Anexos;
- b) Contiverem gualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital;
- c) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis. Considera-se manifestamente inexequível o preço total das propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) da média aritmética dos valores das propostas superiores a 10% (dez por cento) do valor orçado pela Administração.
- e) Cujo BDI for superior a 35% (trinta e cinco por cento).

10. DOS PRAZOS

- **10.1.** A proposta deverá ter validade mínima de **60 (sessenta) dias** a contar da data prevista no preâmbulo deste edital para recebimento e abertura dos envelopes de "Habilitação" e "Proposta".
- **10.2.** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses,** contados da assinatura do contrato, observado o limite da vigência do crédito orçamentário respectivo e respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o artigo 42, prorrogável na forma da Lei n.º 8.666/93 e alterações.
- **10.3.** O prazo para início da obra objeto desta licitação será de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de Obras de Serra do Salitre.
- **10.4.** Quaisquer serviços a serem realizados em horário noturno dependerão de prévia e formal autorização do Município e, caso sejam autorizados, não implicarão nenhuma forma de acréscimo ou majoração dos serviços ora licitados, razão pela qual será improcedente a reivindicação de restabelecimento de equilíbrio econômico- financeiro, bem, ainda, "horas-extras" ou "adicionais noturnos", uma vez que a contratada se obrigará a dimensionar o horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados nesta Tomada de Preços.
- **10.5.** Caso os prazos de que tratam as condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos.
- **10.6.** Os prazos de início e execução do serviço poderão ser excepcionalmente prorrogados, o primeiro quando solicitado pela contratada e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, e o segundo nos termos e hipóteses legais.
- **10.7.** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no máximo.
- 10.8. A proponente vencedora deverá iniciar os serviços do objeto da presente licitação, após a



assinatura do contrato na forma do subitem 10.3 deste instrumento editalício.

10.9. Os recursos administrativos e impugnações ao edital deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura, sito à Praça Dr José Wanderley,171, Bairro Centro, em Serra do Salitre/MG, no horário de atendimento ao público das 08:00 às 16:00 horas, endereçados à Superintendência de Licitações e Compras, na pessoa do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, devidamente designado em Portaria.

11. DO TIPO DE LICITAÇÃO

11.1. Trata-se de Licitação enquadrada no art. 45, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores – **EMPREITADA PREÇO GLOBAL** – sob o regime de execução indireta.

12. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE:

- **12.1.** Após análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/93e alterações, aquelas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, e não atenderem às exigências contidas neste edital.
- **12.2.** Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.
- **12.3.** Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- **12.4.** Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- **12.5.** Não apresentar as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico e Anexos deste edital.
- **12.6.** Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- **12.7.** Também será desclassificada a proposta cujo preço global orçado ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.
- **12.7.1-**A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos



não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- **13.1.** Constatada a conformidade das propostas comerciais com o estabelecido nesta Tomada de Preços e seus Anexos, estas serão classificadas pela CPL conforme os preços cotados, do menor para o maior, e julgada vencedora aquela que apresentar **menor preço global.**
- **13.2.** A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município ou ainda de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientarse na sua decisão.
- **13.3.** A Comissão Permanente de Licitação efetuará análise individual dos preços cotados nas propostas das licitantes.
- **13.4.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Tomada de Preços, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes.
- **13.5.** Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta Tomada de Preços não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **13.6.** À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus Anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste edital.

14. DOS RECURSOS

- **14.1.** Observado o disposto no artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, a licitante poderá apresentar recurso à Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Tomada de Preços.
- **14.2.** Para efeito do disposto no § 5° do art. 109 da Lei n° 8.666/93, ficam os autos desta Tomada de Preços com vista franqueada aos interessados.
- **14.3.** Interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, ao Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, nos termos do Decreto Municipal nº 2.873, de 27 de agosto de 2013.



- **14.4.** Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender modificação total ou parcial das decisões da Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.
- **14.5.** Os recursos/impugnações deverão ser protocolizados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, sob pena do seu não recebimento.

15. DA ADJUDICAÇÃO

A execução dos serviços correspondente ao objeto será adjudicado a uma única empresa, depois de atendidas as condições desta Tomada de Preços.

16. DO CONTRATO

- **16.1.** Sem prejuízo do disposto nos Capítulos III a IV da Lei n.º 8.666/93, o contrato referente à execução do serviço será formalizado e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste ato convocatório.
- **16.2.** A Administração do Município convocará oficialmente a contratada, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- **16.3.** O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela contratada durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Município.
- **16.4.** É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Tomada de Preços, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.
- **16.5.** A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.
- **16.6.** O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

17. DA GARANTIA.

17.1. Caução para garantia do contrato - Será exigida da contratada a apresentação à Administração, também no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, antes da ordem de serviço, comprovante de <u>prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global</u> de sua proposta, com validade para todo o período de execução da obra contratada, sob pena de rescisão contratual por parte da contratante. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



- **17.1.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- **17.1.2.** Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato:
- 17.1.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- **17.1.4.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- **17.2.** A caução para garantia do contrato poderá ser prestada em moeda corrente, Carta Fiança Bancária, Seguro Garantia ou Títulos da Dívida Pública.
- **17.3.** A caução para garantia do contrato acompanhará eventuais ajustes do valor e do prazo contratual, devendo ser complementada pela licitante, quando da celebração de Termos Aditivos ao contrato a ser firmado em razão desta licitação.
- **17.4.** A caução para garantia do contrato será devolvida 30 (trinta) dias depois da última medição e aceitação integral dos serviços prestados pela contratada, e após manifestação formal da Secretaria Municipal de Obras de Serra do Salitre, neste sentido, ao término do contrato.
- **17.5.** A devolução da caução não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

18. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DAS COTAÇÕES.

- **18.1.** A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando—se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.
- **18.2.** Integrarão o contrato que se celebrar com a licitante vencedora, no que forem aplicáveis aos serviços e obras licitados, as normas legais vigentes, e as regras em vigor para as contratações de serviços do Município de Serra do Salitre, MG, atendidas ainda as especificações técnicas deste Edital e seus Anexos.
- **18.3.** Nenhum serviço será realizado sem cobertura da ordem de serviço específica e discriminada, previamente emitida pelo Município, através de sua Secretaria de Obras. A contratada deverá atender, no prazo máximo de cinco dias, às ordens recebidas para mobilização de pessoal.
- **18.4.** A licitante a que couber a adjudicação terá o prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da convocação, para a assinatura do contrato, sob pena de decair do direito à contratação.
- **18.5.** O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas, fiscais e lucro que recaiam sobre o objeto licitado.
- **18.6.** Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.
- **18.7.** O preço contratado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços contratados, cabendo ao órgão gerenciador do contrato promover as necessárias negociações junto ao detentor do contrato.



- **18.8.** Quando o preço inicialmente contratado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
- I convocar o detentor do contrato para negociação, visando à redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - II frustrada a negociação, o detentor do contrato será liberado do compromisso assumido;
 - III convocar os demais licitantes visando igual oportunidade de negociação;
- IV Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- **18.9.** Durante a vigência do contrato, os preços contratados não poderão ficar acima dos praticados no mercado.

19. DA VALIDADE, VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

- **19.1.** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, sendo que a execução da obra será no prazo fixado no Projeto Básico e cronograma físico-financeiro, a partir de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato nas imprensas oficiais respectivas.
- **19.2.** O prazo de validade do contrato poderá ser prorrogável na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 20. DOS ENCARGOS DO MUNICÍPIO (CONTRATANTE)E DA EMPRESA CONTRATADA

20.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 20.1.1-Permitir o livre acesso dos empregados da contratada ao local do serviço;
- **20.1.2-**Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da contratada;
- **20.1.3-**Acompanhar e fiscalizar o andamento do serviço, por intermédio do Fiscal designado em Portaria pela Secretaria de Obras do Município.
- **20.1.4**-Autorizar quaisquer outros serviços pertinentes ao serviço principal, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido à manifestação técnica da Secretaria de Obras e análise jurídica pela Procuradoria Geral do Município.
- **20.1.5-**Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas formalmente pelo(s) Fiscal (is) da obra, pela Secretaria de Obras do Município ou com as especificações constantes do edital e de seus anexos.
- **20.1.6-**Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes do edital e seus anexos:



- **20.1.7-**Atestar as faturas correspondentes e fiscalizar o serviço, por intermédio de Fiscal (is) da Secretaria de Obras do Município, especialmente designado(s) para esse fim.
- 20.2. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:
- **20.2.1**-Assinar o contrato no prazo estipulado.
- **20.2.2-**Executar os serviços de acordo com o disposto no Projeto Básico e no contrato derivado desta licitação.
- **20.2.3**-Informar à Contratante, formalmente, por intermédiodo(s) Fiscal(is) do contrato, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade da execução contratual.
- **20.2.4-**Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço, tais como:
 - a) Pagamento de salários;
 - b) Contratar e pagar seguros de acidentes;
 - c) Quitar taxas, impostos e contribuições referentes ao objeto contratado;
 - d) Pagamento de indenizações sejam elas de qualquer natureza;
 - e) Fornecer vale-refeição;
 - f) Fornecer vales-transportes; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela Administração Pública em qualquer das esferas de governo.
- **20.2.5-**Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do Município, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o Ente;
- **20.2.6-**Manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Município;
- **20.2.7-**Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Secretaria de Obras;
- **20.2.8-**Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do serviço;
- **20.2.9-**Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do serviço ou no recinto do Município;



- **20.2.10-**No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à Secretaria de Obras, através do(s) Fiscal(is) da obra, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.
- **20.2.11-**Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes ao serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;
- **20.2.12-**Prestar a garantia em relação aos serviços, exigida pelo presente edital, conforme o disposto no § 1º do art. 56 da Lei n° 8.666/93 e neste edital;
- **20.2.13-**Comunicar à Secretaria de Obras, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- **20.2.14-**Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;
- **20.2.15-**Submeter à aprovação da Unidade de fiscalização da Secretaria de Obras, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;
- **20.2.16-**Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Tomada de Preços.
- **20.2.17-**Cumprir com todas as demais obrigações constantes do projeto básico, relativas a cada serviço executado.
- **20.2.18-**Manter no canteiro de obras, o livro de ocorrências "Diário de Obra", com preenchimento atualizado e assinado pelo Engenheiro, Arquiteto e ou Urbanista responsável pela obra.
- **20.2.19-**Para todo concreto e aço das estruturas (canal ou prédios), coletar amostras (aço) e moldar corpo de prova (concreto), para controle de quantidades destes materiais de acordo com normas da ABNT, submetendo-os à aprovação do(s) Fiscal(is).
- **20.2.20-** Durante a construção da obra, deverão ser previstas interlocuções pela CONTRATADA com a, COPASA, SECRETARIA DE OBRAS DE SERRA DO SALITRE, SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE, CEMIG e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais e Governo Federal julgados pertinentes pela CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, com a participação da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
- 21. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.
- 21.1-.À contratada caberá, ainda:



- **21.1.1-**Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município;
- **21.1.2-**Assumir também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Município;
- **21.1.3-**Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao serviço, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e
- **21.1.4-**Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação decorrente desta Tomada de Preços.
- **21.1.5-**A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Município de Serra do Salitre, MG,, nem poderá onerar o objeto desta Tomada de Preços, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva para com o Município de Serra do Salitre, MG.

22. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 22.1-Deverá á contratada observar, também, o seguinte:
- **22.1.1-**É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município durante a execução dos serviços mencionados;
- **22.1.2-**É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca desta Tomada de Preços, salvo se houver prévia autorização da Administração Municipal;
- 22.1.3-É vedada a subcontratação total dos serviços objeto desta Tomada de Preços;
- **22.1.4-**A subcontratação parcial dos serviços só será admitida se previamente autorizada pela Administração do Município.

23. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DOS SERVICOS

- **23.1-**Caberá à contratada providenciar, junto ao CREA e ou CAU, a(o) devida(o) Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Registro de Responsabilidade Técnica –RRT relativa (o) aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.
- **23.2-**O(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços a serem executados deverá(ao) ter vínculo formal com a contratada e deverá ser o indicado na fase de habilitação do certame licitatório.

24. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- **24.1-**A contratada deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Secretaria de Obras do Município, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.
- 24.2-A fiscalização do cumprimento do contrato caberá a Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, MG, nos



termos da legislação, deste edital e do contrato a ser firmado com a adjudicatária.

- **24.3-**Verificando a ocorrência de irregularidade na execução dos serviços, à Prefeitura Municipal de Serra do Salitre cumprirá aplicar as penalidades cabíveis.
- **24.4-**As "Ordens de Início de Serviço" e toda a correspondência referente ao contrato deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a Contratada se negar a assinar o recebimento do ofício no competente livro de carga, o mesmo será enviado pelo correio, registrado, cumprido os requisitos legais.
- **24.5-**A Contratada se obriga a permitir ao pessoal da Fiscalização o livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativos às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quanto for solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços.
- **24.6-**As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s)fiscal(is) indicados(s) pela Secretaria de Obras do Município deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

25. DA ATESTAÇÃO

25.1.A atestação referente à prestação dos serviços contratados caberá ao(s) fiscal(is) indicado(s) pela Secretaria de Obras do Município.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1-As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **26.2-**O remanescente será consignado no elemento correspondente do exercício financeiro subsequente, observada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

27. DAS MEDIÇÕES

- **27.1-**Os serviços serão medidos e pagos pelo apontamento das quantidades executadas em planilha, sempre em conjunto com prepostos e fiscais da contratante e contratada.
- 27.2-As medições dos serviços serão feitas até o dia 05 (cinco) de cada mês subsequente e, corresponderão ao período compreendido entre o 1º (primeiro) e o último dia do mês anterior, apuradas em relatórios diários, assinados pelos fiscais da Prefeitura Municipal de Serra do Salitre e pelos responsáveis legais da Contratada, que servirão de base para se proceder ao cálculo da remuneração. 27.3-Através deste boletim, a Fiscalização deverá atestar a satisfatória realização dos serviços solicitados, sem o que eles não poderão constar da medição.
- **27.4-**Após, realizada a medição e tomadas as providências necessárias a Secretaria Municipal de Obras de Serra do Salitre, encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças para as providências de pagamento.

28. DO PAGAMENTO

28.1-Para efeito dos pagamentos serão computados os valores constantes da planilha de preços ofertada pela proponente.



- **28.2-**O Município de Serra do Salitre reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço não esteja de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- 28.3-Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal de serviços deverá estar, além de atestada pelo(s) fiscal (is) do contrato e assinada pelo(s) seu(s) gestor(es), devidamente acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários, em original ou em fotocópia autenticada, correspondentes a todos os empregados da obra e planilha de medição com a descrição dos serviços executados assinada pelo Secretário de Obras e pelo representante da empresa contratada.
- **28.4-**As notas fiscais recebidas até o 5° dia útil de cada mês serão pagas até 30 (trinta) dias do mês subsequente.
- **28.5-**Os pagamentos à contratada serão efetivados por meio de crédito em conta bancária cujos dados serão fornecidos à Administração Municipal no ato da assinatura do contrato.

29. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

29.1-O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do Município, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Tomada de Preços.

30. DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO

- **30.1-**No interesse da Administração, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido, conforme disposto no art. 65, parágrafos 1° e 2°, da Lei n° 8.666/93 e alterações.
- **30.2-**A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

31. DAS PENALIDADES

- **31.1.** O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a contratada à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.
- **31.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Tomada de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

31.2.1. Advertência:

- **31.2.2-**Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;
- **31.2.3-**Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 31.2.4-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto



perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

- **31.3-**Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.
- **31.4-**Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração, em relação a eventos potencialmente lesivos, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.
- **31.5-**As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-se os valores nos pagamentos subsequentes a serem efetuados.

32. DA RESCISÃO

- **32.1-**A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- **32.2-**Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 32.3-A rescisão do contrato poderá ser:
- **32.3.1**-Determinada por ato unilateral e formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei de Licitações, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 32.3.2-Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e
- 32.3.3-Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- **32.3.4-**A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

33. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

- **33.1-**Após concluído, o serviço será recebido provisoriamente pela Secretaria de Obras do Município, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes. A Secretaria de Obras poderá contestar o recebimento, no prazo de até10 (dez) dias úteis contados do recebimento da comunicação escrita encaminhada pela contratada.
- **33.2-**O recebimento definitivo do serviço será efetuado por Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, necessário à observação, ou à vistoria que comprove a adequação do objeto aos



termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

33.3-O serviço somente será considerada concluído e em condições de ser recebido, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela contratada e atestada sua conclusão pela Secretaria de Obras.

34. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- **34.1-**As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas especificações constantes das Especificações Técnicas, serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Obras de Serra do Salitre.
- **34.2-**Todos os trabalhos deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, devendo a contratada estar ciente das normas técnicas da ABNT correspondentes a cada serviço constante da especificação.
- **34.3-**A contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Secretaria Municipal de Obras de Serra do Salitre.

35. DAS CONDIÇÕES FINAIS

- **35.1-**A licitante deverá citar em sua proposta, ou encaminhar posteriormente, o nome e o número do telefone, para possíveis contatos, da pessoa que ficará responsável pelos serviços executados, objeto desta Tomada de Preços, caso seja a vencedora.
- **35.2-**Em caso de qualquer outra dúvida é conveniente o comparecimento da interessada perante a Comissão Permanente de Licitação, sediada à Praça Dr José Wanderley N°171, Centro, Serra do Salitre/MG pelo telefone (34) 3833-3500 ou pelo seguinte endereço eletrônico: **compras.licitacaossalitre@gmail.com** para a obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

36. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **36.1-**Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o ato convocatório, por escrito, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitações,** devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei de Licitações.
- **36.2-**Decairá do direito de impugnar os termos desta Tomada de Preços perante a Administração a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes de habilitações, as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- **36.3-**A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta Tomada de Preços até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- **36.4-**As impugnações deverão ser protocolizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, sob pena do seu não recebimento.



- 36.5-A critério da Administração Municipal esta Tomada de Preços poderá ser
- **36.5.1-**Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou
- **36.5.2-**Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou
- **36.5.3-**Transferida a data da abertura dos envelopes "Habilitação" e "Proposta", por conveniência exclusiva da Administração.
- **36.6-**Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Tomada de Preços, o seguinte:
- **36.6.1-**A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93 e alterações;
- **36.6.2-**A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e
- **36.6.3-**No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

37. DOS ANEXOS

ANEXO I -PROJETO BÁSICO - MEMORIAL DESCRITIVO.

ANEXO II- MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO.

ANEXO III - DECLARAÇÃO INDICATIVA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

ANEXO V -DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO;

ANEXO VI-MINUTA DO CONTRATO.

ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÂRIA



38. DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Patrocínio/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Serra do Salitre, 03 de Julho de 2020.
Paulo Giovani Silveira de Melo
Prefeito Municipal



ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

PROJETO BÁSICO - MEMORIAL DESCRITIVO

OBS: DISPONIVEL NO SITE



ANEXO II

TOMADA DE PREÇOS Nº 003 /2020 -MINUTA DE CREDENCIAMENTO

Ref.: Toma	da de Preços nº. 003/2020					
		, inscrita	no CNPJ sob o	o nº	e	
Inscrição	Estadual	n°.		,	sediada	à
			., na cidade d	de	, por	
intermédio	de seu representante lega	al o (a) Sr. (a	a)		, portad	or (a)
da Cédula	de Identidade nº		e inscrito no	CPF sob o	n°.	
	, CRE	DENCIA	o Sr.(a) .			,
portador(a)	da Cédula de Identidad	e nº		e in	scrito(a) no CPF	
						o objeto
Tomada de	e Preços para CONTRAT.	AÇÃO DE E	EMPRESA DE EI	NGENHARIA	PARA A AMPLIAÇ	ÃO DO
HOSPITAL	MUNICIPAL DE SERRA	DO SALITR	RE , conforme Pr	ojeto Básico	constantes do E	Edital da
Tomada de	e Preços nº. 003/2020, co	m os poderes	s conferidos confo	rme procurac	ção que vai	
(data						

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.



ANEXO III

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

DECLARAÇÃO INDICATIVA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Declaramo 003/2020 ,		•	evisto no	instrumento con	vocatório	da TOMADA D	E PREÇO No., portador(a)	
CPF(MF)	nº	é o(a)	nosso(a)		no como	CREA/CAU Responsável	 '	para
acompanh	ar a execu	ção do servi	ço, objeto o	da licitação em	apreço.	•		-
Local e dat	a							
Assinatura	e carimbo	(Representant	te Legal)					

Observações: emitir em papel timbrado, que identifique a licitante.



ANEXO IV

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOPARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

REF.: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020

(Empresa e assinatura do responsável legal)

Prezados Senhores,

razão social e CNPJ da participante	direito, e sob as penalidades cabíveis que () não está incursa nas penalidades dos artigos 87, dimento para licitar nem contratar com o Município	III e
Serra do Salitre.		
Local e data		



ANEXO V

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

Ref.: Tomada de Precos nº. 003/2020

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

	,									
			,	inscrito	no	CNPJ	nº			.e
Inscrição Estadual	nº	,	por interm	édio de seu	repre	sentante l	egal o (a	a) Sr.	(a)	
			,			portador	(a)	da	Carteira	de
Identidade	nº.			e	in	scrito	no		CPF	n°.
	DE	CLARA, p	ara fins d	o disposto	no in	ciso V, do	o art. 2	7, da	Lei Federa	al nº.
8.666, de 21 de j	unho de	1993, ac	rescido pe	ela Lei nº. 9	9.854,	de 27 de	e outub	ro de	1999, que	não
emprega menor d	e dezoit	o anos en	n trabalho	noturno, pe	erigos	o ou insa	lubre e	não e	emprega n	nenor
de dezesseis anos	S.			•	•					
Ressalva: emprega	menor, a	partir de q	uatorze and	s, na condiç	ão de	aprendiz ().			
(data)										
(uata)										
(representante legal	l)									
(Observação: em c	aso afirn	nativo ass	inalar a res	salva acima	a)					



ANEXO VI

TOMADA	DE	PREÇOS	N٥	001/2020

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO/2020 QUE ENTRE ST CELEBRAM O MUNICIPIO DE SERRA DO SALITRE E
O MUNICÍPIO DE SERRA DO SALITRE , com sede na Praca Dr Jose Wanderley, Bairro Centro, Serra do Salitre/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.468.058/0001-20, a seguir denominado MUNICÍPIO , neste ato
representado pelo Secretário Municipal de Obras,, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e a empresa
com sede na, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo Sr, inscrito no CPF sob o nº
a seguir denominada CONTRATADA , resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com a Tomada de Preços nº 003/2020 , a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.É objeto do presente contrato, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE e conforme as especificações técnicas constantes dos Anexos deste edital que correspondem aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

- **2.1** A execução dos serviços terá início no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
- **2.2** A execução será sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global, com medições parciais mensais, considerando-se os preços totais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO



3.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

Parágrafo Único. O prazo supracitado poderá ser prorrogado, excepcionalmente, nas hipóteses previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

- **4.2.** Os elementos que compõem o cálculo do referido preço estão representados na respectiva proposta da contratada que passa a constituir parte integrante deste contrato.
- **4.3.** Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irreajustáveis pelo prazo do período do contrato, salvo mudança na Política Econômica, quando será utilizado para reajuste o INPC ou outro índice que o substitua, determinado pelo Governo Federal, para restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, o que faculta Termo Aditivo ao contrato.
- **4.4.**A mudança superveniente da política econômica adotada pelo Governo Federal, no tocante a preços, reajustamento ou outra qualquer condição que repercuta na execução do presente contrato, deverá ser ao mesmo, adaptada mediante o competente aditamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

- **5.1.** Será exigida da contratada a apresentação à Administração, também no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, antes da ordem de serviço, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global de sua proposta, com validade para todo o período de execução do serviço, sob pena de rescisão contratual por parte da contratante.
- **5.2.** A caução para garantia do contrato poderá ser prestada em moeda corrente, Carta Fiança Bancária, Seguro Garantia ou Títulos da Dívida Pública.
- **5.3.** A caução para garantia do contrato acompanhará eventuais ajustes do valor e do prazo contratual, devendo ser complementada pela licitante, quando da celebração de Termos Aditivos a este Contrato.
- **5.4.** A caução para garantia do contrato será devolvida 30 (trinta) dias após a última medição e aceitação dos serviços pelo Município de Serra do Salitre, ao término do contrato.
- **5.5** A devolução da caução não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Para efeito do recebimento o licitante deverá entregar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos a nota fiscal, juntamente com a medição mensal.



- **6.2.** As notas fiscais recebidas até o 5° dia útil de cada mês serão pagas do 5° ao 10° dia útil do mês subsequente.
- **6.3.** O Município reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço não estiver sendo executado de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- **6.4.** Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal de serviços deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários, em original ou em fotocópia autenticada, correspondentes a todos os empregados da obra, com os apontamentos das quantidades efetivamente executadas, conforme medição.
- **6.5.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou da execução dos serviços, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DAS PARTES

8.1. DA CONTRATANTE

- **8.1.1.** Permitir o livre acesso dos empregados da contratada ao local do serviço;
- **8.1.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da contratada;
- **8.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o andamento do serviço, por intermédio da Unidade fiscalizadora da Secretaria de Obras do Município.
- **8.1.4.** Autorizar quaisquer outros serviços pertinentes ao serviço principal, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido à Secretaria de Obras e formalização pela Assessoria Jurídica do Departamento de Licitações e Contratos.
- **8.1.5.** Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela Secretaria de Obras do Município ou com as especificações constantes do edital e de seus anexos:
- **8.1.6.** Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes do edital e seus anexos;
- **8.1.7.** Atestar as faturas correspondentes e fiscalizar o serviço, por intermédio da Unidade fiscalizadora da Secretaria de Obras do Município, especialmente designada para esse fim.

8.2. DA CONTRATADA



- **8.2.2.** Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço, tais como:
- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vale-refeição;
- f) vale-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- **8.2.3.** Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do Município, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o Ente;
- **8.2.4.** Manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Município;
- **8.2.5.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Secretaria de Obras;
- **8.2.6.** Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do serviço;
- **8.2.7.** Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do serviço ou no recinto do Município;
- **8.2.8.** No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à Secretaria de Obras, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento do serviço.
- **8.2.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes ao serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;
- **8.2.10.** Prestar a garantia em relação aos serviços, exigida pelo presente edital, conforme o disposto no § 1º do art. 56 da Lei n° 8.666/93;



- **8.2.11.** Comunicar à Secretaria de Obras, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- **8.2.12** Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos:
- **8.2.13.** Submeter à aprovação da Unidade de fiscalização da Secretaria de Obras, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;
- **8.2.14.** Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Tomada de Preços.
- **8.2.15.** Cumprir com todas as demais obrigações constantes do projeto básico, relativas a cada serviço executado.
- **8.2.16.** Manter no canteiro de obras, o livro de ocorrências "diário de obra", preenchido e assinado pelo engenheiro, arquiteto e ou urbanista responsável da obra.
- **8.2.17.** Para todo concreto e aço das estruturas (canal ou prédios), coletar amostras (aço) e moldar corpo de prova (concreto). Para controle de quantidades destes materiais de acordo com normas da ABNT.
- **8.2.18** Durante a elaboração dos serviços, deverão ser previstas interlocuções pela CONTRATADA com a, COPASA, SECRTETARIA DE OBRAS DE SERRA DO SALITRE, PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE, CEMIG e demais órgãos da Prefeitura, Estado e Governo Federal julgados pertinentes pela CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, com a participação da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

À contratada caberá, ainda:

- **9.1.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município;
- **9.2.** Assumir também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Município;
- **9.3.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao serviço, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e



- **9.4.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Tomada de Preços.
- **9.5.** A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Município, nem poderá onerar o objeto desta Tomada de Preços, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva para com o Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Deverá á contratada observar, também, o seguinte:

- **10.1.** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município durante a execução dos serviços mencionados;
- **10.2.** É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca desta Tomada de Preços, salvo se houver prévia autorização da Administração;
- 10.3. É vedada a subcontratação total dos serviços objeto desta Tomada de Preços;
- **10.4.** A subcontratação parcial dos serviços só será admitida se previamente autorizada pela Administração do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- **11.1.** Caberá à contratada providenciar, junto ao CREA/MG e ou CAU a (o) devida Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Registro de Responsabilidade Técnico- RRT relativa(o) aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.
- **11.2.** O responsável técnico pelos serviços a serem desenvolvidos deverá ter vínculo formal com a contratada e deverá ser o indicado na fase de habilitação do certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATESTAÇÃO

12.1.A atestação referente ao serviço caberá à Unidade de fiscalização da Secretaria de Obras do Município, ou servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A contratada deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Administração do Município, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.



- 13.2. A FISCALIZAÇÃO do cumprimento do contrato caberá a Prefeitura Municipal de SERRA DO SALITRE.
- **13.3.** Verificando a ocorrência de irregularidade na execução dos serviços, a Prefeitura Municipal de SERRA DO SALITRE cumprirá aplicar as penalidades cabíveis.
- **13.4.** As "Ordens de Início de Serviço" e toda a correspondência referente ao contrato deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a CONTRATADA se negar a assinar o recebimento do ofício no competente livro de carga, o mesmo será enviado pelo correio, registrado, cumprido os requisitos legais.
- **13.5.** A CONTRATADA se obriga a permitir, ao pessoal da FISCALIZAÇÃO livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativos às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quanto for solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços.
- **13.6.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da Secretaria de Obras do Município deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- **13.7.** Compete à **Secretaria Municipal Obras e Serviços Públicos**, o acompanhamento e controle de execução do Contrato, bem como as expedições das autorizações de serviços, competindo-lhe, ainda, aprovar as medições e atestar as Notas Fiscais/Faturas para fins de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS

- **14.1.** No interesse da Administração, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido, conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.
- **14.2.** A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e
- **14.3.** Qualquer acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, no interesse da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

- **15.1.** O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a contratada à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.
- **15.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Tomada de Preços, a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada as seguintes sanções:



- **15.2.1.** Advertência;
- **15.2.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;
- **15.2.3.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- **15.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração do Município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- **15.3.** Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.
- **15.4.** Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração, em relação a eventos potencialmente lesivos, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.
- **15.5.** As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

- **16.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- **16.2.** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- **16.3.** A rescisão do contrato poderá ser:
- **16.3.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
 - **16.3.2.** Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

16.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

e,



16.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

- 17.1. Após concluído, o serviço será recebido provisoriamente pela Secretaria de Obras do Município, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes. A Secretaria de Obras poderá contestar o recebimento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado do recebimento da comunicação escrita encaminhada pela contratada.
- 17.2. O recebimento definitivo do serviço será efetuado por Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, necessário à observação, ou à vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.
- **17.3.** O serviço somente será considerada concluído e em condições de ser recebido, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela contratada e atestada sua conclusão pela Secretaria de Obras.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO REGIME LEGAL

18.1. O presente contrato reger-se-á pelas normas constantes da Lei Federal n.º 8.666/93 com suas alterações, e ainda pelo edital respectivo, sendo decorrente de processo licitatório modalidade **TOMADA DE PREÇO N.º 001/2020**. Todos os documentos apresentados pelo Contratado integram este instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES

19.1.O presente contrato poderá ser alterado, conforme hipóteses previstas na lei 8.666/93, por Termo Aditivo, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação de justificativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PUBLICAÇÃO

20.1.A contratante fará a publicação do resumo deste contrato no "Diário Oficial da União e do Estado de Minas Gerais" para os efeitos legais previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1.As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Patrocínio/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.



Serra do Salitre,de de 2020.	
Secretária Municipal de Saúde	
Representante Legal da Contratada Cargo ou Função	
Testemunha 1 Assinatura	Testemunha 2 Assinatura
Nome	Nome
RG/Emissor	RG/Emissor
CPF	CPF



ANEXO VII

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020 CRONOGRAMA

FISICO FINANCEIRO OBS: DISPONIVEL no SITE





ANEXO VIII

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBS: DISPONIVEL no SITE

